

UTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM INCLUSIVA NA INVESTIGAÇÃO

ADRI PIMENTA, RAQUEL ANTÓNIO & CARLA MOLEIRO
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CIS-Iscte, Lisboa, Portugal

Palavras-chave: Linguagem inclusiva; Ética; Investigação.

OBJETIVO

Este capítulo visa:

- (a) definir e apresentar estratégias com base nas orientações atuais para a linguagem inclusiva;
- (b) sensibilizar para a importância do uso de linguagem inclusiva na investigação;
- (c) fornecer orientações práticas e exemplos concretos para a adoção de uma linguagem inclusiva na investigação, por exemplo na recolha de informação sociodemográfica.

CARACTERIZAÇÃO

A linguagem tem um papel fundamental na formação da identidade social e na comunicação da investigação académica. A utilização de uma linguagem inclusiva na investigação não só promove a igualdade de género, mas também garante que todas as pessoas são representadas de forma equitativa nos discursos científicos. Embora, as recomendações deste capítulo tenham em foque as questões de género, a linguagem inclusiva implica também a não utilização de expressões preconceituosas ou discriminatórias (e.g., racistas, xenófobas, capacitistas). Partimos de **dois princípios** para a escrita deste capítulo. Em primeiro lugar, a investigação reveste-se uma posição de poder. Enquanto investigadores e investigadoras, fazemos escolhas no nosso trabalho, designadamente ao nível da utilização de linguagem - em artigos científicos, mas também em emails, em reuniões de equipa, em conferências, nos instrumentos de recolha de dados. Essa posição acarreta, simultaneamente, o compromisso da equipa de investigação perante a inclusão e justiça social, bem como impactos nas populações em estudo e no desenvolvimento e disseminação do conhecimento. Em segundo lugar,

reconhecemos que a linguagem está em constante evolução, por um lado, podendo reproduzir desigualdades e invisibilizar grupos e comunidades, ou por outro, refletindo novas realidades sociais e co-construindo-as. Dito de outro modo, a linguagem não é apenas uma forma de comunicação, pois esta também reflete e reproduz realidades sociais e culturais. Assim, as recomendações aqui apresentadas estão situadas no presente contexto histórico e social, assumindo-se que podem e devem ser revistas ao longo do tempo.

O português, assim como outras línguas românicas, possui dois géneros gramaticais: masculino e feminino (Auxland, 2020). Embora o género gramatical seja distinto do conceito social de género, ambos costumam coincidir ao referir-se a uma pessoa - usando formas femininas para mulheres e masculinas para homens. Contudo, numa perspetiva gramatical, o uso do masculino genérico (i.e., o masculino como se referindo a todas as pessoas, qualquer que seja o seu género) constitui-se como uma linguagem usada comumente na língua portuguesa (e.g., “os autores”; “os participantes”; “todos”), invisibilizando as mulheres e reproduzindo um sistema patriarcal. Para além disso, esta estrutura gera desafios à medida que cresce o número de pessoas que não se identificam dentro do binário de género. Desta forma, movimentos liderados por pessoas trans e de género diverso têm procurado adaptar a língua, propondo a introdução de um género gramaticalmente neutro para melhor atender às necessidades dos falantes da língua (Auxland, 2020). Este capítulo apresenta algumas propostas de mudança na língua portuguesa e analisa como essas modificações poderiam ser implementadas, fundamentando-se nas **orientações normativas nacionais e internacionais** (e.g., Manual de Linguagem Inclusiva aprovado pelo Conselho Económico e Social - CES, 2021).

CATEGORIZAÇÃO DA LÍNGUA COM BASE NO GÉNERO

As línguas podem ser classificadas em três categorias com base no género: línguas com marca de género, línguas de género natural e línguas sem marca de género (Prewitt-Freilino et al., 2012; Stahlberg et al., 2007). Línguas com marca de género, como o espanhol e o português, atribuem géneros femininos ou masculinos aos substantivos e às palavras relacionadas, como adjetivos e pronomes (e.g., Stahlberg et al., 2007). Além disso, tendem a utilizar constantemente os masculinos genéricos, ou seja, “formas gramaticalmente masculinas cujo escopo concetual não está circunscrito à significação da masculinidade” (Guia para a utilização de linguagem inclusiva da Universidade NOVA de Lisboa, 2024). Já as línguas de género natural, como o inglês, distinguem o género principalmente através de pronomes (e.g., “ele” ou “ela”), enquanto a maioria dos substantivos não possui marcação gramatical de género (Stahlberg et al., 2007). Por outro lado, as línguas sem marca de género, como o finlandês, não apresentam qualquer distinção gramatical de género, sendo o género expresso apenas através de atributos como “professor masculino/feminino” ou por termos específicos de género como “mulher” ou “pai” (Sczesny et al., 2016).

Estudos indicam que línguas com marca de género tendem a reforçar assimetrias de género e padrões sexistas em maior grau do que línguas de género natural ou sem género, o que pode impactar a posição social, económica e política das mulheres (Prewitt-Freilino et al., 2012; Stahlberg et al., 2007; Sczesny et al., 2016; Wasserman & Weseley, 2009). Além disso, essas línguas contribuem para a perpetuação de uma visão binária do género, dificultando o reconhecimento de identidades não binárias (Prunotto, 2023). Em contraste, países com línguas de género natural ou sem marca de género tendem a apresentar maior igualdade de género e a adaptar a linguagem para promover a inclusão (Prewitt-Freilino et al., 2012).

PRINCÍPIOS DA LINGUAGEM INCLUSIVA NA INVESTIGAÇÃO

A investigação deve utilizar uma linguagem que reflita a igual visibilidade e dignidade de todas as pessoas, evitando estereótipos e assimetrias. Para isso, devem ser considerados os seguintes princípios:

- | Neutralidade de Género: Evitar o uso do masculino genérico, optando por formas neutras ou explicitando vários géneros gramaticais.
- | Precisão e Clareza: As expressões utilizadas devem evitar ambiguidade e preconceitos linguísticos.
- | Respeito pela Diversidade: A linguagem deve incluir grupos sub-representados, garantindo que diferentes identidades e experiências sejam reconhecidas.

ESTRATÉGIAS PARA A UTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM INCLUSIVA

NEUTRALIZAÇÃO OU ABSTRAÇÃO DA REFERÊNCIA SEXUAL

Uma das formas mais eficazes de garantir a inclusão na investigação é o uso de termos neutros, tais como:

- | "*A pessoa candidata*" em vez de "*O candidato*"
- | "*Profissionais de saúde*" em vez de "*Médicos e enfermeiros*"
- | "*A pessoa participante*" em vez de "*Os participantes*"
- | "*Juventude*" ou "*Pessoas jovens*" em vez de "*Os jovens*".

ESPECIFICAÇÃO EXPLÍCITA DO GÉNERO FEMININO E MASCULINO

Quando relevante, pode ser adequado referir explicitamente ambos os géneros:

- | "*As estudantes e os estudantes*" em vez de "*Os estudantes*"
- | "*As trabalhadoras e os trabalhadores*" ao invés de "*Os trabalhadores*".

Nestes casos, deve-se alternar a ordem dos géneros gramaticais, sendo desaconselhado antepor sempre o masculino ao feminino.

Podem também utilizar-se barras (e.g., “As/Os estudantes”) sendo desaconselhado o uso excessivo, pois pode dificultar a leitura, principalmente a pessoas com alguma incapacidade visual ou problemas de leitura. Não é recomendada a utilização de parênteses (e.g., “O(a) estudante”), por sugerir um carácter secundário do determinante entre parênteses.

UTILIZAÇÃO DE NEOLINGUAGEM

A utilização de neolinguagem pode também ser uma ferramenta utilizada para o uso de linguagem inclusiva, sendo que esta não pretende a simples neutralização da linguagem, mas sim dar visibilidade a outras possibilidades de género, desafiando pressupostos cissexistas. Assim, a neolinguagem engloba diversas propostas de conjuntos de linguagem (Brevilheri et al., 2022).

Entende-se por conjunto de linguagem “os recursos auto reivindicados por alguém (independentemente da sua identidade ou modalidade de género) para falar de si mesma ou para que outras pessoas se refiram a ela” (Brevilheri et al., 2022). Para além dos pronomes, estes conjuntos incluem também artigos e flexões (terminação ou final da palavra), podendo ser representados a partir do sistema APF (Artigo/Pronome/Flexão).

O sistema “elu” (e/elu/e) é um dos conjuntos mais utilizados.

Regras gramaticais para utilização do sistema elu:

Utilizar o artigo “e” ou “es” em vez de “a/o” ou de “as/os”, respetivamente

Utilizar o “elu” em vez de “ela/ele”, “delu” em vez de “dela/dele” e “aquele” em vez de “aquela/aquele”

No final das palavras com flexão de género “o” ou “a” é utilizado “e” ou “ies” para palavras no plural.

Exemplos:

“Es participantes” em vez de “Os participantes”

“Es professories” em vez de “Os professores”

“Elus recomendam...” em vez de “Eles recomendam...”.

Outras estratégias que surgiram foram a utilização do “x” e “@” (e.g., “Car@s alun@s”), cuja utilização não é recomendada pois sendo soluções inaplicáveis à língua falada não são reconhecíveis por tecnologias assistivas, limitando a acessibilidade de pessoas com alguma incapacidade visual ou problemas de leitura.

Apesar de esta estratégia (sistema “elu”) não estar contemplada nas recomendações oficiais, é amplamente utilizada por pessoas que adotam a utilização de conjuntos de linguagem para se referirem a si próprias. Assim, esta deve ser aplicada em qualquer

contexto de investigação (e.g., entrevistas, conferências) em que as pessoas presentes façam uso da mesma. O respeito pela autodeterminação das pessoas participantes, autoras, ou convidadas reflete um compromisso com a inclusão e a valorização das identidades de todas as pessoas (Brevilheri et al., 2022).

CONSIDERAÇÕES NA ESCOLHA DA ESTRATÉGIA A UTILIZAR PARA UMA LINGUAGEM INCLUSIVA

A literatura sobre as estratégias de neutralização e os seus efeitos é ainda reduzida e muito escassa no que diz respeito à língua portuguesa. No entanto, estas parecem contribuir para uma representação mais equitativa das categorias de género e para mitigar as diferenças entre estas categorias, na ausência de outros indicadores de género. Estas podem, por exemplo, ser influenciadas por expectativas associadas a estereótipos de género (é mais provável que quando se diz que uma criança gosta de brincar com bonecas a maior parte das pessoas presuma que essa criança seja uma rapariga).

Assim, de modo a evitar que estratégias de neutralização contribuam para a invisibilidade de enviesamentos de género é recomendada a sua utilização em contextos a que não estão associados estereótipos de género, podendo explicitar-se vários géneros gramaticais quando o contexto por si só não é neutro (Gabriel et al., 2018).

EVITAR O USO DE EXPRESSÕES DISCRIMINATÓRIAS OU REDUTIVAS

A linguagem académica deve ainda evitar termos que perpetuem estereótipos ou reduzam a identidade das pessoas a uma característica específica. Neste sentido, as recomendações da Associação Americana de Psicologia vão no sentido de utilizar linguagem centrada na pessoa, e não nas suas características ou identidades sociais (e.g., pessoas migrantes; mulheres de etnia cigana; homens gay; adolescentes com anorexia nervosa). Isso é particularmente relevante para indivíduos ou grupos que tenham sido historicamente marginalizados. Por exemplo:

Utilizar "*Pessoa com deficiência*" ou "*Pessoa com diversidade funcional*" ou "*sensorial*" ou "*desenvolvimental*" em vez de "*Deficiente*"

Referir "*Pessoas em situação de sem-abrigo*" em vez de "*Os sem-abrigo*"

Preferir "*Comunidades ciganas*" ou "*Comunidades Roma ou Romani*" ao invés de "*Ciganos*"

LINGUAGEM INCLUSIVA NA RECOLHA DE INFORMAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

A formulação de questões sociodemográficas inclusivas para além de ser uma questão ética, permite também uma caracterização mais precisa da amostra. Além disso, a ausência de opções em que as pessoas participantes se sintam representadas pode

gerar sentimentos de frustração, marginalização ou dúvidas sobre como responder, o que pode levar à perda de participantes (Hughes et al., 2022).

Sexo atribuído à nascença

- | Não deve ser incluída exceto quando relevante face à pergunta de investigação (e.g., investigação sobre menstruação; estudos com população LGBTQIA+)
- | Deve preceder a questão da identidade de género
- | A equipa de investigação pode clarificar a necessidade desta pergunta
- | Caso a opção “Prefiro não responder” não seja apresentada à pessoa participante, a resposta à pergunta não deve ser obrigatória (Figura 1)

FIGURA 1 | QUESTÃO SEXO ATRIBUÍDO À NASCENÇA

Qual o sexo que lhe foi atribuído à nascença?

- Feminino
- Masculino
- Prefiro não responder

Identidade de género

- | A identidade de género refere-se ao sentimento profundo e interno da experiência de género de cada indivíduo, que pode ou não estar alinhada com o sexo atribuído à nascença ou sexo biológico. Apesar de tradicionalmente ser apresentada num binário (i.e., homem e mulher), a compreensão atual deste construto possibilita uma grande diversidade de identidades (Hughes et al., 2022).
- | A linguagem relativa à identidade de género está em constante atualização, pelo que optar por uma pergunta de resposta aberta (Figura 2) permite flexibilidade face a futuras mudanças. Respeita ainda o direito de autodeterminação de forma ampla e plena, permitindo que cada pessoa se identifique. Essas descrições podem, posteriormente e para fins de análise de dados, ser categorizadas e agrupadas pela equipa de investigação, se necessário, com uso de análise de conteúdo.

FIGURA 2 | EXEMPLO DE QUESTÃO DE RESPOSTA ABERTA SOBRE O GÉNERO

Como é que atualmente descreve o seu género? / Indique o género com que se identifica atualmente?

- Por favor, especifique: _____
- Prefiro não responder

| Ao optar por uma pergunta categórica devem ser incluídas várias opções incluindo “tenho dúvidas” “prefiro não responder” “outro, por favor especifique”.

FIGURA 3 | EXEMPLO DE QUESTÃO DE RESPOSTA CATEGÓRICA SOBRE O GÉNERO

Qual das opções abaixo, descreve melhor o género com que se identifica? / Como se identifica em termos da sua identidade de género?

- Mulher
- Pessoa não binária
- Homem
- Tenho dúvidas
- Outra. Por favor, especifique: _____
- Prefiro não responder

| “Trans” não deve apresentado como rótulo de identidade de género por si só, visto que as pessoas trans podem também identificar-se como homem, mulher, etc. Adicionalmente pode ser incluída uma pergunta de follow-up sobre identidade trans (Figura 4) ou identificação com o sexo atribuído ao nascimento (Figura 5), se relevante para a investigação. De acordo com alguns/as autores/as, não é aconselhada a inclusão de opções como “Homem cis/Homem trans” ou “Mulher cis/Mulher trans”, pois algumas pessoas podem não estar familiarizadas com estes termos (Hughes et al., 2022). Além disso, em estudos com pessoas trans, intersexo ou não binárias, as pessoas investigadoras devem garantir que as medidas aplicadas não se baseiam em pressupostos cisnormativos. Recomenda-se a leitura das [Diretrizes éticas do CPATH para a investigação que envolve pessoas e comunidades trans](#) (Bauer et al., 2019).

FIGURA 4 | EXEMPLO DE QUESTÃO SOBRE IDENTIDADE TRANS

Se quiser responder, indique se se identifica como pessoa trans?

- Sim
- Não

FIGURA 5 | EXEMPLO DE QUESTÃO SOBRE IDENTIFICAÇÃO COM O SEXO ATRIBUÍDO AO NASCIMENTO

Relativamente à identidade de género:

- Identifico-me com o sexo que foi atribuído ao nascimento
- Não me identifico total ou parcialmente com o sexo atribuído ao nascimento

IMPACTO DA LINGUAGEM INCLUSIVA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

O uso de uma linguagem inclusiva na investigação permite que as questões de género e diversidade sejam adequadamente representadas nos estudos académicos. Além disso, garante que os resultados sejam mais fidedignos e aplicáveis a uma população mais ampla.

Estudos indicam que a invisibilidade linguística de determinados grupos pode impactar negativamente a sua representação em políticas públicas e programas sociais. Assim, o compromisso com a inclusão no discurso académico é um passo essencial para a promoção da igualdade e da justiça social (Hurtado et al., 2017).

A investigação inclusiva começa na linguagem, mas para além dela, incluindo as populações e a própria constituição das equipas. Incluir investigadoras e investigadores provenientes de contextos diversos - em termos de género, etnia, orientação sexual, condição socioeconómica, capacidades físicas e mentais, entre outros - é crucial para ampliar as perspetivas, questionar pressupostos hegemónicos e produzir conhecimento mais robusto, sensível e transformador.

A inclusão de populações historicamente marginalizadas não deve ocorrer apenas como objeto de estudo, mas como sujeito ativo do processo de produção do conhecimento. Isto significa envolvê-las no desenho, execução e análise dos estudos, garantindo que as suas experiências, saberes e prioridades sejam respeitados e incorporados de forma ética e colaborativa. Só assim é possível combater assimetrias que tradicionalmente privilegiam certas vozes em detrimento de outras.

Portanto, a linguagem inclusiva é um primeiro passo - simbólico e prático - para uma ciência mais democrática, mas a sua eficácia depende de um compromisso alargado com práticas inclusivas que permeiem todas as fases do processo de investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção de uma linguagem inclusiva na investigação não é apenas uma questão de estilo, mas um compromisso ético e científico com a representatividade e a equidade.

A partir das orientações da literatura existente, as equipas de investigação podem incorporar estratégias que assegurem um discurso mais justo, respeitoso e fiel à diversidade da realidade social.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

ADRI PIMENTA é estudante finalista do Mestrado de Psicologia Social e das Organizações do Iscte-Instituto Universitário de Lisboa. Realizou o seu estágio curricular no LAPSO-Laboratório de Psicologia no ano letivo de 2023/2024.

RAQUEL ANTÓNIO é investigadora do CIS-Iscte. A sua investigação centra-se no bullying e nas relações intergrupais. Interessa-se também pelas reações ao preconceito e à discriminação e pela linguagem inclusiva de género.

CARLA MOLEIRO é professora associada de Psicologia Clínica e investigadora no CIS-Iscte. A sua investigação debruça-se sobre a saúde mental e a diversidade, com especial relevo para as pessoas de origem migrante e minorias étnicas, populações de pessoas refugiadas, pessoas LGBTQIA+, e posições interseccionais, explorando intervenção e competências clínicas para a diversidade individual e cultural, como com menores não acompanhados e jovens trans* e com diversidade de género.

REFERÊNCIAS

- Auxland, M. (2020). Para todes: A case study on Portuguese and gender-neutrality. *Journal of Languages, Texts, and Society*, 4, 60-83.
- Bauer, G., Devor, A., Heinz, M., Marshall, Z., Pullen Sansfaçon, A., Pyne, J, for the CPATH Research Committee. (2019). CPATH Ethical guidelines for research involving transgender people & communities. Canadian Professional Association for Transgender Health.
- Brevilheri, U. B. L., Lanza, F., & Sartorelli, M. R. (2022). Neolinguagem e “linguagem neutra”: Potencialidades inclusivas e/ou reações conservadoras. *Research, Society and Development*, 11(11), 1-14. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i11.33741>
- Conselho Económico e Social (2021). *Manual de linguagem inclusiva*. CES.
- Gabinete de Igualdade e Inclusão da Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa (2024). Guia para a utilização de linguagem inclusiva da Universidade NOVA de Lisboa.
- Gabriel, U., Gyax, P. M., & Kuhn, E. A. (2018). Neutralising linguistic sexism: Promising but cumbersome?. *Group Processes & Intergroup Relations*, 21(5), 844-858. <https://doi.org/10.1177/1368430218771742>
- Hughes, J. L., Camden, A. A., Yangchen, T., Smith, G. P., Domenech Rodríguez, M. M., Rouse, S. V., ... & Lopez, S. (2022). Guidance for researchers when using inclusive demographic questions for surveys: Improved and updated questions. *Psi Chi Journal of Psychological Research*, 27(4), 232-255. <https://doi.org/10.24839/2325-7342.JN27.4.232>
- Hurtado S, White-Lewis D, Norris K. (2017). Advancing inclusive science and systemic change: The convergence of national aims and institutional goals in implementing and assessing biomedical science training. *BMC Proceedings*, 11. <https://doi.org/10.1186/s12919-017-0086-5>
- Prewitt-Freilino, J. L., Caswell, T. A., & Laakso, E. K. (2011). The gendering of language: A comparison of gender equality in countries with gendered, natural gender, and genderless languages. *Sex Roles*, 66(3-4), 268-281. <https://doi.org/10.1007/s11199-011-0083-5>
- Sczesny, S., Formanowicz, M., & Moser, F. (2016). Can gender-fair language reduce gender stereotyping and discrimination? *Frontiers in Psychology*, 7. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.00025>

- Slemp, K. (2021). Attitudes towards varied inclusive language use in Spanish on Twitter. *Working Papers in Applied Linguistics and Linguistics at York, 1*, 60–74. <https://doi.org/10.25071/2564-2855.6>
- Stahlberg, D., Braun, F., Irmen, L., and Sczesny, S. (2007). Representation of the sexes in language. In K. Fiedler (Ed.) *Social Communication. A Volume in the Series Frontiers of Social Psychology* (pp. 163–187). Psychology Press.
- Wasserman, B. D., & Weseley, A. J. (2009). ¿Qué? Quoi? Do languages with grammatical gender promote sexist attitudes? *Sex Roles, 61*, 634–643. <https://doi.org/10.1007/s11199-009-9696-3>